

Memória da Oficina – Novembro 2025

Data: 13/11/2025

Horário: 08:30h

Formato: Presencial

No dia 13 de novembro de 2025, realizou-se de forma presencial na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) a Oficina para finalização da minuta da Lei que instituirá a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Estiveram presentes conselheiras e conselheiros do COMSEA e da CAISAN, além de técnicos da SEPLAG.

A sessão foi aberta por Márcia Ribeiro, Secretária Executiva de Segurança Alimentar e Política sobre Drogas, que cumprimentou todos os participantes e agradeceu pelo engajamento em todo processo de construção do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Recife (PLAMSAN).

Na sequência, a equipe da SEPLAG procedeu com a exposição detalhada do PLAMSAN, explicando que se trata de um instrumento de planejamento e execução da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, traduzindo diretrizes em iniciativas concretas com metas, prazos, recursos e responsabilidades definidas. Saliu-se que o plano é participativo, elaborado por meio do diálogo entre governo e sociedade civil através do COMSEA, e que sua vigência será de quatro anos, alinhando-se ao Plano Plurianual, mas com revisão prevista a cada dois anos. Frisou-se ainda que a adesão ao SISAN possibilita ao município acesso a apoio técnico, financeiro e a programas federais, com a meta de publicação do plano ainda no mês de novembro.

Posteriormente, Renata, da SEPLAG, apresentou os indicadores do CadINSAN, explicando que o CadÚnico constitui a principal fonte de informações sobre a população vulnerável do Recife. Foram exibidos dados, incluindo 294.705 famílias inscritas no CadÚnico, 10.763 famílias sem acesso à água canalizada e 140.214 famílias vivendo abaixo da linha da pobreza. Detalhou-se que o CadINSAN, indicador desenvolvido para prever o risco de insegurança alimentar grave, identificou 492.440 pessoas cadastradas no CadÚnico nesta situação, o que representa aproximadamente 81% do total. Os bairros do Ibura (RPA 6), Várzea (RPA 4), Cohab (RPA 6), Água Fria (RPA 2) e Nova Descoberta (RPA 3) foram apontados como os mais críticos em números absolutos. A apresentação também evidenciou a forte correlação entre renda e segurança alimentar, indicando que a probabilidade de insegurança alimentar grave começa a declinar

significativamente apenas a partir de uma renda per capita de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), permanecendo em nível de risco elevado.

Foram então apresentados os três eixos estruturantes do PLAMSAN. O Eixo I, denominado "Políticas Públicas e Sistema de SAN", teve como objetivo fortalecer a articulação entre políticas e instituições, integrar mecanismos de governança e assegurar a realização do direito humano à alimentação adequada através de monitoramento contínuo. O Eixo II, "Produção, Abastecimento e Acesso a Água e Alimentos", visava garantir o acesso universal à alimentação saudável e à água, fortalecendo a agricultura familiar, a pesca artesanal e promovendo sistemas sustentáveis e descentralizados de produção, com prioridade para populações em situação de insegurança alimentar e hídrica. O Eixo III, "Educação Alimentar e Nutricional", objetivava instituir processos permanentes de educação, pesquisa e formação na área de segurança alimentar e nutricional.

Prosseguindo, foi realizada uma dinâmica de discussão em grupos de trabalho, organizada por eixos. A metodologia adotada compreendeu três etapas sequenciais. Na primeira etapa, de aprofundamento do eixo, a equipe técnica detalhou as diretrizes e as ações previstas pela Prefeitura, sendo explanadas 44 ações para o Eixo I, 12 para o Eixo II e 25 para o Eixo III. A segunda etapa consistiu na priorização dessas ações, na qual os participantes, munidos de adesivos circulares nas cores verde e vermelho, votaram nas ações consideradas prioritárias para implantação no PLAMSAN (verde) e naquelas que demandariam maior atenção ou alguma sugestão de alteração (vermelho). A terceira e última etapa foi dedicada à leitura pela Secretária Executiva, Márcia Ribeiro, de todas propostas enviadas anteriormente pelos participantes e todas as ações que possuíam o adesivo vermelho, após isso, foram feitas sugestões de alterações nos respectivos textos, e, quando tendo a concordância da maioria, foram realizadas as alterações.

Não havendo outros assuntos a tratar, a oficina foi encerrada.

Rafael Albuquerque Araújo
Associação Católica dos Samaritanos
Presidência do COMSEA/Recife

Natalia Outtes Alves Quirino
Secretária Executiva do CAISAN/Recife



Foto1.: Participantes da oficina



Foto 2.: Realização da Oficina



Foto 3.: Realização da Oficina

Memória do Lançamento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Recife (PLAMSAN) – Dezembro 2025

Data: 11/12/2025

Horário: 08:30h

Formato: Presencial

No dia 12 de dezembro de 2025, realizou-se de forma presencial o Lançamento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Recife (PLAMSAN), 2026 - 2029 e encerramento das atividades do ano de 2025 da CAISAN/COMSEA - Recife.

Estiveram presentes conselheiras e conselheiros do COMSEA e da CAISAN, além de técnicos da SEPLAG, representantes governamentais, do Ministério Público e usuários da Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Recife.

A mesa foi composta por Sr. Orcimário Lopes, usuário da Cozinha Comunitária Gurupé, representando os usuários da Política de SAN no Recife, Rafael Araújo, representante da Organização da Sociedade Civil Samaritanos e Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Recife, Márcia Ribeiro, Secretária Executiva de Segurança Alimentar e Política sobre Drogas e Vice Presidente da CAISAN, Westei Conde, Titular da Promotoria de Justiça de Cidadania da Capital, Marcela Pereira, Secretária Executiva de Planejamento e Gestão da Secretaria de Planejamento e Gestão e Pamela Alves, Secretária de Assistência Social e Combate à Fome.

Inicialmente, Rafael Araújo, presidente do COMSEA/ Recife, abre a mesa, trazendo a importância deste marco para o município, no que concerne em delinear propostas e metas palpáveis para a execução da política pública, como já preconizado pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com o propósito único em garantir o direito humano à alimentação adequada (DHAA).

Também elogiou a metodologia utilizada para a construção do referido documento, de forma participativa entre o Conselho e a CAISAN, considerando os resultados da IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e as oficinas efetuadas entre a CAISAN e o COMSEA.

Trouxe a necessidade de coletivamente, todas as esferas, governamentais ou não, acompanharem a execução do Plano nos próximos 04 anos, devido aos

números estatísticos alarmantes sobre a insegurança alimentar, apresentados previamente nas oficinas supracitadas, que corroboram com a necessidade de uma política pública atuante e comprometida com o combate à fome na cidade do Recife.

Na sequência, foi dada à fala ao Sr. Orcimário, que de forma bastante emocionada, explanou a importância dos equipamentos de Segurança Alimentar no Recife, principalmente pela interface com outras políticas públicas, pois atualmente ele estava vinculado ao CRAS de seu território, participou dos Jogos da Pessoa Idosa e era integrante de uma banda musical. Que esta Política ia muito além do fornecimento de uma refeição; tinha haver com alimento para a alma, sobretudo às pessoas que tinham um histórico de vulnerabilidades e violações.

Em seguida, Dr. Westei trouxe suas considerações, enquanto representante do Ministério Público, ressaltando que este órgão tem como premissa maior, acompanhar e contribuir para que a execução das políticas públicas no Recife seja cada dia mais eficaz e eficiente para a população que mais precisa. Que esta é uma pauta bastante gratificante, inclusive aproveitou o momento para enfatizar o trabalho desenvolvido no Núcleo DHANA Josué de Castro, que tem como objetivo, apoiar ações institucionais de combate à insegurança alimentar e nutricional. Os procedimentos administrativos vinculados à esta pauta, também serão voltados à execução do Plano nos próximos 04 anos, na perspectiva de que ele seja bem executado por todos os entes envolvidos.

Posteriormente, Marcela trouxe detalhes sobre a metodologia da ferramenta CadINSAN, a fim de identificar os pontos de insegurança alimentar em dados absolutos e relativos da cidade. Que foi um trabalho de várias mãos, engajadas a contribuir com um Recife sem Fome.

Por fim, Márcia apresentou os indicadores do CadINSAN, explicando que o CadÚnico constitui a principal fonte de informações sobre a população vulnerável do Recife. Foram exibidos dados, incluindo 294.705 famílias inscritas no CadÚnico, 10.763 famílias sem acesso à água canalizada e 140.214 famílias vivendo abaixo da linha da pobreza. Detalhou-se que o CadINSAN, indicador desenvolvido para prever o risco de insegurança alimentar grave, identificou 492.440 pessoas cadastradas no CadÚnico nesta situação, o que representa aproximadamente 81% do total. Os bairros do Ibura (RPA 6), Várzea (RPA 4), Cohab (RPA 6), Água Fria (RPA 2) e Nova Descoberta (RPA 3) foram apontados como os mais críticos em números absolutos. A apresentação também evidenciou a forte correlação entre renda e segurança alimentar, indicando que a probabilidade de insegurança alimentar grave começa a declinar significativamente apenas a partir de uma renda per capita de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), permanecendo em nível de risco elevado.

Encerrando o evento, a Secretária Pamela Alves traz o compromisso da gestão pública em combater a fome na cidade e que o Plano é a instrumentalização

desta responsabilidade. A mesma agradeceu a todos os envolvidos no empenho dispensado a esta realização, em especial ao Sr. Orcimário, por representar o público beneficiário desta iniciativa tão esperada e trazer uma fala tão emocionada e repleta de verdade.

Rafael Albuquerque Araújo
Associação Católica dos Samaritanos
Presidência do COMSEA/Recife

Márcia Ribeiro
Vice presidenta da CAISAN/Recife



Foto 3.: Realização da Oficina

Memória da Oficina – Janeiro 2026

Data: 27/01/2026

Horário: 14:00h

Formato: Online

Pautas:

1. **Eleição do COMSEA - 2026-2028;**
2. **Grupo de Trabalho das Cozinhas Solidárias**
3. **Cozinhas Comunitárias**
4. **Política Municipal**

No dia 27 de janeiro de 2026, realizou-se de forma online, via Google Meet, a Reunião Ordinária deste Conselho, do mês de janeiro, conforme cronograma prévio.

Presentes na reunião: as/os conselheiras/os:

Rafael Araújo (Samaritanos), João Weverton Diego (Instituto Solidare), Mariana Sobral (Associação Kapiwara), Cláudio Braga (Pastoral do Povo da Rua), Socorro Albuquerque (SEAU), Andrea Batista (CUT-PE), Viviane Miranda (Unificados), Yuri Alves (Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome), Felipe Soares (Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome) e Sonia Lucena (Associação Pernambucana de Nutrição).

Rafael Araújo, Presidente do Conselho, deu início à sessão, cumprimentou e deu as boas-vindas a todos os presentes, procedendo-se em seguida a uma rodada de apresentações.

A primeira pauta abordada foi a **eleição do COMSEA para o biênio 2026-2028**.

O Presidente Rafael Araújo destacou a urgência no andamento desse processo, uma vez que é necessária a constituição de uma comissão eleitoral composta por integrantes que não serão candidatos na próxima eleição. Ele questionou se algum dos presentes teria interesse em compor essa comissão, mas não houve manifestação.

Foi levantada uma preocupação quanto à baixa participação de representantes da sociedade civil nas reuniões recentes, e Rafael Araújo reforçou que a eleição representa uma oportunidade crucial para indicar representantes de instituições que de fato se comprometam com a causa da segurança alimentar.

Ele esclareceu que não há um número limite de membros para a comissão, mas que é necessário respeitar a proporção de dois terços de representantes da sociedade civil, conforme a legislação. Sugeriu, como proposta prática, uma composição de três pessoas: duas da sociedade civil e uma do governo.

Foram apresentados, então, os nomes das professoras Zênia, Catarina e Fernanda, todas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e integrantes do conselho estadual de segurança alimentar, como potenciais convidadas para integrar a comissão. O Presidente Rafael Araújo deixou claro estar aberto a outras indicações. A Senhora Sonia Lucena assumiu a responsabilidade de realizar o convite a essas professoras. Para a vaga governamental, ficou acordado que Michelline Sales seria a representante.

Ficou definido que os contatos seriam realizados e um retorno seria dado ao plenário para a formalização da comissão. O Presidente também esclareceu as funções dessa comissão, que incluem organizar a agenda do processo eleitoral, solicitar a publicação do edital no Diário Oficial e garantir a ampla divulgação, visando atrair a participação de mais instituições no conselho.

Em seguida, foi tratada a pauta referente ao **Grupo de Trabalho das Cozinhas Comunitárias**. Rafael Araújo observou que é comum haver uma desaceleração nos grupos de trabalho durante os períodos de transição, mas manifestou otimismo quanto à continuidade deste grupo, visto o interesse demonstrado pelas instituições participantes. Ele conclamou os conselheiros a pensarem em formas de contribuição que vão além das visitas de monitoramento e declarações de funcionamento, sugerindo que aqueles com limitações de tempo poderiam contribuir com seus conhecimentos específicos, seja por meio de orientações técnicas, realização de oficinas ou outras formas de apoio.

Sonia Lucena compartilhou sua experiência após uma visita a uma cozinha comunitária, expressando preocupação de que, em uma eventual fiscalização rigorosa, o local poderia ter seu funcionamento interrompido, o que tornaria complexo um trabalho de monitoramento nesse formato. Rafael Araújo então esclareceu que o termo "fiscalização", no contexto do grupo de trabalho, não se refere à ação da vigilância sanitária, mas sim a uma avaliação do funcionamento do equipamento, de seu impacto real na comunidade e de sua efetividade no atendimento à população.

Prosseguindo, o Felipe Soares foi questionado sobre o **andamento da abertura de novas cozinhas comunitárias**, cujo início estava previsto para o ano anterior. Rafael Araújo indagou sobre uma possível previsão para a implantação desses equipamentos. Felipe Soares explicou que o processo encontra-se na fase de busca por um imóvel que atenda às necessidades técnicas mínimas, uma vez que os equipamentos a serem instalados são de porte industrial, demandando uma infraestrutura específica e adequada.

Por fim, na pauta sobre a **Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**, Felipe Soares foi novamente consultado sobre seu andamento. Ele informou que o projeto já obteve a aprovação técnica dos órgãos competentes e

que, no momento, aguarda a reabertura dos trabalhos da Câmara de Vereadores para dar sequência aos trâmites legislativos necessários.

Rafael Araújo complementou questionando sobre o **Fundo Municipal de Segurança Alimentar**, lembrando que sua regulamentação deve ocorrer em até 60 dias após a publicação da lei. Ele quis saber se havia algum trabalho prévio em curso para a constituição desse fundo. Felipe Soares respondeu que não dispunha da informação naquele momento, mas comprometeu-se a repassar a questão à Micheline Sales tão logo ela retornasse de suas férias, solicitando que a resposta fosse encaminhada ao grupo do COMSEA.

Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada.

Rafael Albuquerque Araújo
Associação Católica dos Samaritanos
Presidência do COMSEA/Recife



Foto: Participantes da reunião